



GLACY+

**Global action on Cybercrime Extended
Action Globale sur la Cybercriminalité Elargie**

Versão de 07 de Abril de 2019



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE CIBERCRIME

**Fórum
Cibercrime**

Ministérios Públicos Lusófonos



**MINISTÉRIOS
PÚBLICOS**

**Conferência Internacional
Luta contra o Cibercrime – Os Ministérios
Públicos da CPLP no Contexto Global
e
2ª Reunião do Fórum Cibercrime**

**Em cooperação com a Coordenação do Fórum
Cibercrime de Ministérios Públicos Lusófonos e com a
Procuradoria-Geral da República de Cabo Verde
11-12 de Abril de 2019, Cidade da Praia, Cabo Verde**

Contexto

Funded
by the European Union
and the Council of Europe



EUROPEAN UNION

COUNCIL OF EUROPE



CONSEIL DE L'EUROPE

Implemented
by the Council of Europe

Antecedentes e justificação

O XIV Encontro de Procuradores-Gerais da CPLP (realizado em Lisboa, em outubro de 2016), deliberou constituir o Fórum Cibercrime, um fórum dos Ministérios Públicos lusófonos, vocacionado para o combate ao cibercrime e ao desenvolvimento de prova digital. Foi deliberado que seria objetivo geral deste Fórum a partilha de informação e conhecimento sobre os quadros jurídicos dos diversos países lusófonos no âmbito da cibercriminalidade, bem como facilitar o intercâmbio de experiências e boas práticas processuais necessárias com vista à ultrapassagem dos múltiplos problemas técnicos e jurídicos com que os magistrados se defrontam nesta área, dos crimes informáticos e cometidos com o auxílio das tecnologias e das redes de informação e comunicação. Esta partilha tem ainda como propósito criar um ecossistema favorável à agilização das formas e dos canais existentes para a cooperação judiciária internacional, entre as diversas autoridades judiciárias, tendo em vista aumentar a capacidade para combater o cibercrime e aumentar a eficácia na recolha, preservação e utilização de prova digital, em processo penal.

Realizou-se, em fevereiro de 2018, em Lisboa, a 1ª Reunião do Fórum Cibercrime, na qual estiveram presentes representantes de 8 dos 9 países membros do Fórum. Nesta reunião procuraram detetar-se eventuais lacunas legislativas nesta área, no âmbito dos países da CPLP e, bem assim, identificar a necessidade de adoção de novos diplomas normativos que as colmatem. Tal exercício supôs uma breve análise da conformidade das legislações nacionais com aquilo que resulta dos quadros normativos internacionais e das recomendações de organismos internacionais nesta matéria. Nesta reunião foi insistentemente sublinhada a necessidade de dotar os magistrados do Ministério Público de conhecimentos especializados a este respeito e de meios específicos de investigação. A falta de capacitação dos magistrados e a falta de especialização estão a ser causas de falta de eficácia e de insucesso em muitas investigações.

Já anteriormente, da Declaração de Díli, resultante do XV Encontro de Procuradores-Gerais da CPLP, reunido em outubro de 2017, em Timor-Leste, constava o compromisso, assumido pelos Procuradores-Gerais dos Estados membros da CPLP, de “promover e apoiar junto dos respetivos Estados e instâncias competentes a adesão de todos os países à Convenção sobre o Cibercrime, adotada em Budapeste”.

Por sua vez, o XVI Encontro de Procuradores-Gerais da CPLP (realizado em Brasília, em Novembro de 2018), deliberou, especificamente nesta área, que fossem avaliadas as lacunas legislativas no espaço lusófono, de forma a poder-se contribuir para o reforço da capacidade de combate ao cibercrime nestes países. Em especial, deliberou o Encontro estimular o desenvolvimento de políticas de combate à desinformação e *fake news*, prejudiciais à convivência democrática e promover o uso da Plataforma dos Ministérios Públicos dos países da CPLP.

Importa, pois, dar continuidade ao processo iniciado na 1ª Reunião do Fórum Cibercrime, introduzindo-se também à discussão os novos temas sugeridos pelo XVI Encontro de Procuradores-Gerais. Importa ainda reavaliar o ponto em que se encontram cada um dos países, no que respeita à adesão à Convenção de Budapeste, recomendada pelo XV Encontro de Procuradores-Gerais, realizado em outubro de 2017, em Díli, Timor-Leste.

Resultado esperado

Como resulta do evento, espera-se que a conferência internacional contribua para uma maior sensibilização dos participantes para as áreas da cibercriminalidade, desenvolvendo naqueles

que forem magistrados do Ministério Público a capacidade para, no caso concreto, melhor investigar.

Espera-se também ter um melhor conhecimento comum sobre as legislações em matéria de cibercriminalidade e de obtenção de prova digital no espaço lusófono, partilhando-se as eventuais lacunas detetadas e discutindo-se formas de as superar.

Por último, espera-se sensibilizar os Estados representados que ainda não aderiram à Convenção de Budapeste a fazê-lo.

Esta actividade é efectuada no âmbito do projecto conjunto da União Europeia e do Conselho da Europa - Acção Global de luta contra a Cibercriminalidade (GLACY+) - e, em particular, no âmbito das actividades 1.1.3 "Apoiar reuniões regionais com países relevantes assim como organizações regionais e/ou internacionais para partilha de experiências e disseminar boas práticas" e 1.2.2 "Apoiar reuniões e actividades levedas a efeito por organizações regionais e/ou internacionais, através do financiamento de especialistas e participantes, assim como outros meios".

Participantes

Este será um duplo evento.

Na conferência internacional participarão os pontos de contacto do Fórum Cibercrime dos Ministérios Públicos Lusófonos e, por Cabo Verde ser o país acolhedor do evento, outros representantes cabo-verdianos, até ao máximo de 20 participantes, devendo 5 a 7 serem provenientes de outras ilhas. Os participantes poderão ser juízes, procuradores, agentes policiais e outros funcionários ministeriais cujas funções se relacionem, de alguma forma, com o cibercrime e a prova eletrónica.

Quanto ao Fórum Cibercrime, apenas participarão os pontos de contacto de cada país representado.

Localização

As reuniões serão realizadas no [Hotel Boutique Pescador](#), na Cidade de Praia, em Cabo Verde.

Programa

[Quinta-feira, 11 de Abril de 2019]

10h00	Abertura da conferência <ul style="list-style-type: none">Óscar TAVARES, Procurador-Geral da República de Cabo Verde, Praia, Cabo VerdeManuel ALMEIDA PEREIRA, Chefe do Projecto GLACY+, Conselho da EuropaEmbaixadora Sofia MOREIRA DE SOUSA, Chefe da Delegação da União Europeia em Cabo Verde, Praia, Cabo VerdePedro VERDELHO, Coordenação do Fórum Cibercrime, Procuradoria Geral da República, Lisboa, Portugal
10h30	Painel 1: Cibercrime, a ameaça global <p>Apresentação e introdução ao tema</p> <p>- Pedro VERDELHO, Portugal</p>

11h00	<i>Pausa</i>
11h30	O Programa GLACY+ (Acção Mundial contra o Cibercrime Alargado) - Manuel ALMEIDA PEREIRA, Conselho da Europa, Bucareste, Roménia
11h45	O panorama legislativo na área do cibercrime e da obtenção de prova digital, nos países membros da CPLP - Pedro VERDELHO, Portugal - Intervenção dos representantes nacionais
12h45	Debate
13h00	<i>Almoço</i>
14h30	Painel 2 – O Quadro Legislativo Internacional e as Leis Nacionais A Convenção de Budapeste - Helton José BARROS, Procurador da República, Praia, Cabo Verde
15h30	<i>Pausa</i>
16h00	Painel 3: O desafio da prova eletrónica Investigação criminal e prova digital - Fernanda Teixeira SOUZA DOMINGUES, Procuradora da República de São Paulo, Brasil
17h00	<i>Fim do primeiro dia</i>

[Sexta-feira, 12 de Abril de 2019]

10h00	Programa Global do UNODC na luta contra o Cibercrime; cooperação com países membros da CPLP - Cristina ANDRADE, Coordenadora Sénior de Programa, UNODC, Praia, Cabo Verde Discussão geral
10h30	<i>Pausa</i>
11h00	Obtenção de prova eletrónica transfronteiriça e pedido de informações a operadores globais - Pedro VERDELHO Discussão geral
12h15	O futuro Segundo Protocolo Adicional à Convenção de Budapeste - Pedro VERDELHO Discussão geral
12h45	Encerramento da Conferência <ul style="list-style-type: none"> • Procuradoria Geral da República de Cabo Verde • Manuel ALMEIDA PEREIRA, Conselho da Europa
13h00	<i>Almoço</i>

FORUM CIBERCRIME

[Sexta-Feira, 12 de Abril de 2019]

14h30	Abertura <ul style="list-style-type: none"> • Óscar TAVARES, Procurador-Geral da República de Cabo Verde • Pedro VERDELHO, Coordenação do Fórum Cibercrime, Lisboa, Portugal
-------	---

14h45	<p>Discussão dos temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O Ministério Público e o Cibercrime – Especialização ➤ O fenómeno das <i>fake news</i> ➤ Página <i>web</i> “Ministérios Públicos CPLP” ➤ Plano de Ação para o Fórum: “Cibercrime 2025” ➤ Outros assuntos <p>Intervenção de todos os participantes</p>
16h45	<p>Conclusões</p> <p>- Coordenação do Fórum Cibercrime</p>
17h00	<i>Fim da Missão</i>

Contactos

No Conselho da Europa:

Manuel DE ALMEIDA PEREIRA
 Chefe de Projecto
 Escritório de Programas sobre Cibercrime do
 Conselho da Europa (C-PROC)
 Bucareste, Roménia
 Tel +40 21 201 78 32
 Email: manuel.pereira@coe.int

Cosmina MENGHES
 Oficial de Projecto Sénior
 Escritório de Programas sobre Cibercrime do
 Conselho da Europa (C-PROC)
 Bucareste, Roménia
 Tel +40 21 201 78 07
 Email: cosmina.menghes@coe.int

Oana TARUS
 Assistente de Projecto
 Escritório de Programas sobre Cibercrime do
 Conselho da Europa (C-PROC)
 Bucareste, Roménia
 Tel +40 21 201 78 15
 Email: ana.tarus@coe.int

Em Cabo Verde:

Dulcelina Sanches Rocha
 Directora de Gabinete do Procurador-
 Geral da República
 Procuradoria Geral da República e Cabo
 Verde
 Praia – Cabo Verde
 Tel : +238 333 83 17
 Móvel: +238 516 47 88
 Email: dulcelina.rocha@pgr.gov.cv

Coordenação do Fórum Cibercrime:

Pedro VERDELHO
 Coordenador do Gabinete Cibercrime
 Procuradoria Geral da República
 Lisboa – Portugal
 Tel : +351-968 011 667
 Email: pedro.verdelho@pgr.pt